

XII ENCONTRO DE EXTENSÃO, DOCÊNCIA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA (EEDIC)

O PERFIL DO PESQUISADOR EM DIREITO NO ESTADO DO CEARÁ

Jônatas Isaac Apolônio da Silva¹; Ana Paula Maria Araújo Gomes²

¹Discente do curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá;

E-mail: isaac_apolonio@hotmail.com

²Docente do curso de Direito do Centro Universitário Católica de Quixadá

E-mail: anapaulamariaa@hotmail.com

RESUMO

Com esta pesquisa investiga-se o perfil do pesquisador em direito no Estado do Ceará. Duas instituições cearenses oferecem mestrado e doutorado na área jurídica, a Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi elaborado um questionário para aplicar com os mestrandos e doutorandos em direito dessas instituições, com a finalidade de traçar o perfil dos pesquisadores jurídicos do Estado e averiguar as problemáticas ainda pouco discutidas no ensino jurídico. Assim, o presente trabalho apresenta os resultados dessa investigação com base na interpretação dos dados obtidos.

Palavras-chave: Pesquisa Jurídica. Ceará. Perfil.

INTRODUÇÃO

A crise no ensino jurídico está evidenciada em vários aspectos: na falta de capacitação pedagógica dos professores de Direito, na enchente de manuais jurídicos, que inundam as Faculdades e bibliografia dos alunos, na confusão entre academia e cursinho preparatório para concurso público e outros diversos pontos debatidos na seara da educação.

O cenário que preocupa a esta pesquisa é o da pesquisa jurídica. Ensino, pesquisa e extensão é o tripé indissociável que a Constituição Federal atribui às universidades e faculdades, tendo em vista que somente ensinar é medíocre diante da complexidade que envolve o mundo do conhecimento. A pesquisa surge da dúvida, da indagação, da vontade de conhecer caminhos ainda virgens, de buscar soluções para problemas (sociais ou não) ainda sem respostas, partindo da originalidade e da arte (indefinível) de criar algo que ainda não existe.

No Direito, a pesquisa científica insere no aluno uma nova forma de pensar, estimulando o desafio de enfrentar problemas jurídicos complexos, que suas respostas não podem ser alcançadas pela mera reprodução de manuais ou cursos de direito. A sede pela curiosidade científica aflora uma qualidade indispensável para qualquer profissão jurídica escolhida pelo estudante de Direito, sendo de grande utilidade mesmo para aqueles que não têm o intuito de se dedicarem profissionalmente à academia

Tendo isso em vista, investiga-se a pesquisa jurídica no Estado do Ceará, em busca de traçar o perfil dos pesquisadores em Direito e alcançar novas formas de estimular a pesquisa no Estado.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de um levantamento de dados realizado em programas de pós-graduação do Ceará, com sessenta (60) entrevistados, em que trinta e cinco (35) são da UNIFOR e 25 da UFC.

Por se tratar de pesquisa realizada com seres humanos todo o projeto, inclusive os questionários, foram submetidos à análise do Comitê de Ética em Pesquisa das instituições envolvidas, na qual os números de protocolo são 39406714.5.0000.5046 e 39406714.5.3001.5052.

Dessa forma, a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente projeto partira de uma abordagem problematizante quanto aos desafios que se manifestam para o desenvolvimento da pesquisa jurídica na contemporaneidade:

I. Quanto ao tipo:

Empírica, mediante a utilização de questionários, aplicados *online*, com a ajuda do “Google Formulários”, aos estudantes da UFC e, presencialmente com os estudantes da UNIFOR.

II. Quanto à utilização e abordagem dos resultados:

Qualitativa, buscando apreciar a realidade do tema na realidade jurídica pátria.

III. Quanto aos objetivos:

Descritiva, posto que buscará descrever, explicar, classificar, esclarecer o problema apresentado. Exploratória, objetivando aprimorar as ideias através de informações sobre o tema em foco.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação dos questionários permitiu a percepção do mundo que circunda a pesquisa jurídica. Foram feitas trinta e três perguntas, mas somente utilizadas treze perguntas nesse trabalho, uma vez que optou-se por uma melhor divisão e análise mais profunda das perguntas encaixadas nesse resumo.

As primeiras perguntas realizadas visaram apurar o perfil pessoal dos pesquisadores, como idade, sexo, estado civil e cor/raça/etnia. Em seguida se busca averiguar a vida acadêmica dos pesquisadores, questionando-os sobre a natureza da instituição em que cursou a graduação, se possui alguma pós-graduação *lato sensu* e se possui algum outro mestrado ou doutorado.

No caminhar das indagações, buscou-se saber se os mestrandos e doutorandos se sentiram incentivados pela instituição de ensino em que cursaram a graduação para entrar no rumo da pesquisa jurídica, assim como saber se receberam algum estímulo financeiro para exercer atividades acadêmicas à época da graduação.

Investigou-se também o desempenho dos pesquisadores no Mestrado/Doutorado, em busca de analisar o nível da pesquisa, perguntou-se sobre a dedicação exclusiva ao programa de pesquisa e sobre a frequência de publicações realizadas. Por fim, adentramos na seara futura, questionando sobre as intenções de dar continuidade ou não ao programa de pesquisa.

Com a análise dos dados obtidos se percebeu que não há diferenças drásticas, como em outros setores, na quantidade de homens e mulheres envolvidos na pesquisa. Com relação à idade se nota uma maioria adulta trinta e um anos ou mais. Ao observar a cor/raça/etnia dos questionados é alarmante o fato de que ninguém registrou a opção “cor preta”, o que evidencia ainda mais um racismo institucionalizado em nossa nação, pois a população brasileira em maioria é negra, e não há a participação equânime de todas as raças nos bancos universitários, no desenvolvimento das pesquisas.

Com relação à vida acadêmica pregressa dos entrevistados, há uma maioria vinda de instituições privadas (56%), com experiência na pós-graduação *lato sensu* (75% alega ter feito especializações antes de adentrar no Mestrado) e sem nenhum outro mestrado ou doutorado (75% respondeu não ter outra pesquisa *stricto sensu*).

Investigando o ensino jurídico na graduação e se este incentiva a prática de pesquisa, foi questionado os incentivos na primeira formação em Direito dos pesquisadores, para averiguar se os mesmos obtiveram incentivos na graduação e o quão importante esses são. 39% responderam que não houveram incentivos na graduação para que adentrassem no Mestrado e 60% disse não ter recebido nenhum estímulo financeiro, como bolsas de pesquisa ou bolsas de monitoria na graduação.

Com relação a desempenho atual dos pesquisadores se observou que a maioria (69%) não se dedica exclusivamente às atividades de pesquisa, exercendo em conjunto outra atividade profissional. Olhando o outro lado da moeda, é consideravelmente positivo que 31% dos pesquisadores se dedicam exclusivamente à

pesquisa, o que demonstra um avanço da pesquisa jurídica no Estado, vista já por alguns como uma atividade profissional não complementar à outra, mas sim exclusiva por ser de suma importância.

Para uma melhor análise e mais considerações é necessário a análise dos gráficos, porém não foi possível anexá-los no presente resumo, devido ao limite de páginas imposto pela coordenação. Contudo, os gráficos serão apresentados na apresentação oral.

CONCLUSÕES

A análise dos gráficos permite concluir por um perfil de pesquisadores e pesquisadoras branco (a), de idade adulta, solteiro (a), graduado (a) em instituições privadas, que antes de adentrar no Mestrado já havia ministrado trabalhos na pesquisa, mesmo que *lato sensu*, mas não alegam não ter recebido os devidos incentivos à pesquisa na graduação, além de não exercer exclusivamente a atividade de pesquisa, cursando a pós-graduação em conjunto com outra atividade profissional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades: ensino jurídico e contemporaneidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica – Teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. São Paulo: 12 ed. Saraiva, 2014.

ENCARNAÇÃO, João Bosco da. A questão do Ensino Jurídico. In: **Seis temas sobre o ensino jurídico**. MACIEL, Getuliano do Espírito Santo; ENCARNAÇÃO, João Bosco da. São Paulo: Cabral, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35°. ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1996.

SEVERINO, Antonio Joaquim Cortez. **Metodologia do trabalho científico**. 23° ed. Cortez: São Paulo, 2007.